

## EDITAL N.º 60/2026

### ISALTINO AFONSO MORAIS, LICENCIADO EM DIREITO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

**Faz público que**, em 26 de janeiro de 2026, pela Senhora Diretora do Departamento de Habitação Municipal, Dr.ª Carla Rocha, foram subdelegadas competências, na Senhora Chefe do Gabinete de Estratégia para Habitação Municipal (GEHM), Dra. Ana Lucia Morgado, através do despacho interno n.º 43/2026 e que a seguir se transcreve:

“Através do Despacho Interno n.º 3/DMOGAH/2025, de 15 de dezembro, foram subdelegados pela Senhora Diretora Municipal, Eng.ª Fátima Rabuge, um conjunto de competências destinadas a assegurar o regular funcionamento dos serviços.

No âmbito dos poderes que me foram conferidos, e ao abrigo do disposto nos artigos 46.º a 50.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual e do artigo 38.º do RJAL, subdelego na **Chefe do Gabinete de Estratégia para Habitação Municipal (GEHM), Dra. Ana Lúcia Morgado**, as seguintes competências:

#### **A. Estratégia para a Habitação Municipal**

1. Prestar o apoio administrativo, jurídico e financeiro ao DHM;
2. Assegurar a implementação e coordenação do Observatório da Habitação como instrumento de monitorização e de gestão para a definição de medidas e ações a operacionalizar no âmbito do Plano Estratégico para a Habitação Municipal;
3. Propor a atribuição de habitações do Parque de Habitação Municipal (PHM), no âmbito dos vários Programas de Habitação Municipal e que decorrem dos concursos promovidos para o efeito em articulação com a DGSH;
4. Propor a atribuição de habitações do PHM, decorrentes de situações de emergência social, de intervenções de requalificação urbana ou realojamento pontual em articulação com o SMPC e DGSH;
5. Proceder ao levantamento e registo sistemático das carências habitacionais e dos núcleos de habitação degradada existente no concelho no âmbito do Observatório da Habitação e em estreita articulação com as Unidades Orgânicas pertinentes;
6. Garantir a articulação com o DDS no que respeita ao desenvolvimento e aplicação das políticas sociais de habitação;

7. Propor e Implementar, em estreita articulação com a DGSH, projetos-piloto, ações de informação e sensibilização junto dos munícipes e arrendatários municipais, proporcionando uma educação para a cidadania e cujos temas decorram das necessidades sentidas pela população e estejam vertidas no Observatório da Habitação;
8. Monitorizar a implementação das medidas/ações constantes no Plano Estratégico para a Habitação Municipal 2020/2023;
9. Promover o acesso a instrumentos de financiamento em articulação com entidades da administração central, local e regional bem como parcerias com as entidades privadas para a construção de habitação municipal;

#### **B. No domínio da gestão corrente**

1. Assinar correspondência ou expediente necessário à mera instrução dos processos e prestar informação geral;
2. Autorizar a emissão de certidões e fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processo ou documentos constantes de processos arquivados e que careça de despacho ou deliberação dos eleitos locais;
3. Propor medidas de desmaterialização e simplificação administrativa que agilizem a tramitação dos processos;
4. Praticar todos os atos de gestão corrente necessários ao normal funcionamento do GEHM;
5. Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória da subdelegante.

#### **C. No domínio da despesa pública**

No âmbito das competências ora subdelegadas, e tendo em consideração os limites estabelecidos pelo Senhor Presidente da Câmara no Despacho n.º 93/2025, de 2 de dezembro, fica a Chefe de Divisão autorizada a realizar despesa no âmbito de procedimentos pré-contratuais para locação e aquisição de bens móveis e serviços, proceder à decisão de contratar e praticar os demais atos relacionados com aquela decisão e necessários à instrução e desenvolvimento dos respetivos procedimentos e execução dos contratos nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação aplicável, até ao limite de € 5.000 (cinco mil euros).

#### **D. Em matéria de recursos humanos**

1. Autorizar o gozo de férias, bem como, a acumulação até ao limite de 10 dias para o ano civil imediato, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

2. Justificar e injustificar faltas;
3. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, nos termos da lei, disposições internas em vigor e dentro dos limites orçamentais definidos;
4. Decidir, nos termos da lei e regulamento em vigor, em matéria de organização e horário de trabalho a praticar pelos trabalhadores, à exceção do regime de teletrabalho.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data, podendo, no entanto, ser avocadas as competências nele previstas, sempre que a relevância do ato a praticar justifique que o mesmo seja tomado pela entidade subdelegante.

Nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo ratifico todos os atos administrativos praticados pela subdelegada entre o dia 16 de dezembro de 2026 e a data da assinatura do presente despacho, que estejam em conformidade com a presente subdelegação de competências."

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser publicitados nos lugares de estilo.

Paços do Concelho, 27 de janeiro de 2026

O Presidente